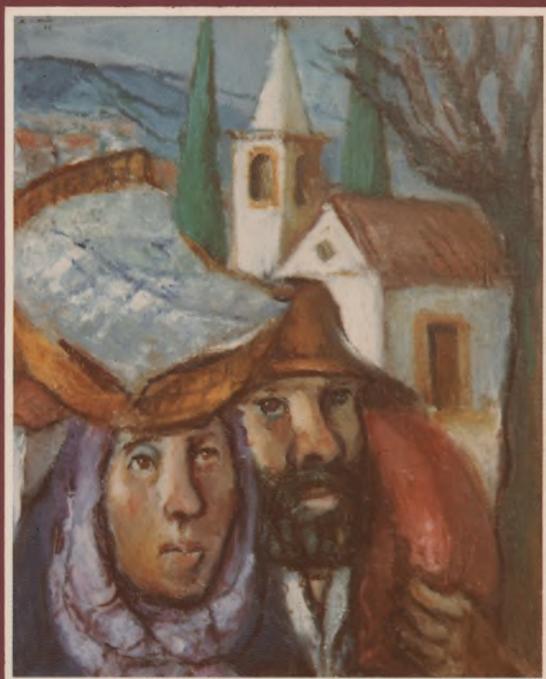


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

**FICÇÃO HISTÓRICA INFANTO-JUVENIL
NO ESTADO NOVO**
Colecção "Pátria" de Virgínia de Castro e Almeida
(1936-1946)

"A História, como o drama e a novela, nasceu da mitologia, forma primitiva de apreensão e expressão, onde — como nos contos para crianças ou nos sonhos de adultos transviados — não há fronteira entre facta e ficção".

Arnold J. Toynbee[^])

2. *Rentabilidade da História no Estado Novo*

O discurso historiográfico, ou de tema histórico⁽²⁾, nunca pode ser isolado da contemporaneidade em que é produzido, sendo, *

* Mestrando de História Contemporânea, Faculdade de Letras de Coimbra.

([^]) *Um Estudo de História*, Lisboa, Ulisseia, 1969, 2ª ed., p. 39.

(²) Podemos entender o discurso historiográfico como um conceito amplo, a que podem ser agregados os discursos (escritos, orais ou cinematográficos) da história ciência assim como os discursos ficto-históricos. No fundo, todos os discursos que tenham como objecto de análise ou de inspiração o passado e que dessa forma contribuem para a formação de uma memória histórica (ver Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, pp. 19-23 e Pierre Nora, "Memória Colectiva", in *A Nova Historia*, Coimbra, Almedina, 1990, pp. 451-454).

portanto, indissociável de um conjunto de ideias e valores, pessoais e colectivos, do presente histórico em que foi fabricado⁽³⁾.

Podemos concluir que o discurso de tema histórico transporta uma ideologia, isto é, seguindo de perto a definição de Luís Reis Torgal, um "sistema de representações (ideias, imagens, mitos, valores e práticas) que se procura impor"⁽⁴⁾. Logo, devemos ter consciência de que a interpretação do passado não é "inocente" e que as memórias históricas variam consoante as ideologias coevas à sua produção⁽⁵⁾.

Quando desmontamos um discurso historiográfico estamos a estudar a imagem da sociedade que o fabrica⁽⁶⁾. Apercebendo-se da cumplicidade entre a historiografia e o contexto em que é produzida, Almeida Garrett escrevia, em 1849, na advertência da primeira edição do *Arco de Sani'Ana*: "O romance é deste século: se

(3) A bibliografia sobre a epistemologia histórica, nomeadamente acerca da relação entre História e ideologia é vastíssima, apesar de se tratar de um tema de reflexão recente. Como afirma Luís Reis Torgal: "É indubitável que as relações entre a História e a Ideologia são um fenómeno incontroverso" ("*Antero de Quental nas leituras Tntegralistas*", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 13, 1991, p. 401). Para uma teorização do conceito de ideologia ver Armando de Castro, "Para a Teoria das Ideologias", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 8, 1986, pp. 613-651 (inclui uma bibliografia indicativa). Sobre a relação História e Ideologia indico a título de exemplo: Luís Reis Torgal, *ob. cit.*; João Paulo Avelãs Nunes, *A história contada às crianças e aos jovens no Estado Novo: Acção Escolar Vanguarda, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina (1934-1949)*, Coimbra, 1992, pp. 10-18; Marc Ferro, *Falsificações da História*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d. (ed. original de 1981); Georges Duby e Guy Lardreau, *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 75-98.

(4) *Ob. cit.*, p. 21. Esta definição do conceito ideologia é baseada em Louis Althusser (ver Armando de Castro, *ob. cit.*, p. 615) e também é utilizada por Georges Duby no artigo "História social e ideologia das sociedades" in *Fazer História*, Lisboa, Bertrand, 1987 (ed. original de 1974), p. 175.

(5) "O ponto de vista sobre o passado, a manipulação da memória, por parte das pessoas que sucessivamente se entregam a fazer o relato do passado, nunca são inocentes" (Georges Duby e Guy Lardreau, *ob. cit.*, p. 76).

(6) Charles Olivier Carbonei, "O contributo da história da historiografia", in Gilbert Gadoffre (dir), *Certezas e incertezas da História*, Lisboa, Editores Livreiros, 1988, pp. 187-193: "o historiador da historiografia estuda a imagem que uma sociedade dá de si mesma, quando fabrica o seu passado".

tirou o seu argumento do XIV, foi escrito sob as impressões do XIX; e não o pode nem o quer negar o autor"(7).

O Estado Novo procurou rentabilizar a História criando uma memória legitimadora e que cumprisse uma função reprodutora e fortificadora do regime sócio-político. Em contextos sociais e políticos democráticos os discursos historiográficos são percorridos por diversas correntes ideológicas(8). Já no período salazarista, tratando-se de um Estado autoritário(9), podemos afirmar que existe uma ideologia dominante e dominadora patenteada na historiografia que pode ser designada de "oficial" ou "institucional"(10). Existe neste período a construção de uma outra, ou outras, memórias históricas, paralelas, arquitecturadas pela oposição ao regime(n), que tentam contrariar, ludibriando os

i7) *O Arco de Sant'Am*, Lisboa, Publicações Europa América, s.d. (ed. original de 1849), p. 199.

(8) Cf. Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional A História no curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 49: "Apenas será pertinente qualificar uma ideologia de dominante quando ela está ligada a um Estado ditatorial [...] Se não oferece grandes problemas a aplicação desta noção ao caso do Estado Novo português que se estrutura nos anos 30, no que respeita à época anterior, de vigência do Estado liberal (na forma monárquica ou republicana), em que coexistem e se confrontam diversas ideologias ao nível do próprio aparelho de Estado, ela afigura-se-nos inadequada".

(9) Acerca da definição teórico-política do regime salazarista cf. António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993; Luís Reis Torgal, "Salazarismo, fascismo e Europa", *Vértice*, Jan.-Fev. 1993, pp. 41-52; João Paulo Avelãs Nunes, "O conceito de 'fascismo' na história recente de Portugal", *Vértice*, Jan.-Fev. 1993, pp. 53-65 e as comunicações publicadas na rubrica "Autoritarismo, Corporativismo e Fascismo. O Estado Novo numa perspectiva comparada", in *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 15-126.

(10) Cf. Marc Ferro, *oh. cit.*, p. 16.

(n) Ver José Oliveira Barata, "A fábula histórica no teatro português contemporâneo. Algumas considerações", *Vértice*, Jul.-Ago. 1983, pp. 3-17 e do mesmo autor, *História do Teatro (História da Literatura Dramática Portuguesa)*, Coimbra, ed. do autor, 1992, pp. 110-126. Como exemplo nomeio as obras de Luís Stau Monteiro, *Felizmente há luar*, 1962; Bernardo Santareno, *O Judeu*, 1966; Miguel Franco, *O Motim*, 1963. Ver João Paulo Avelãs Nunes, *ob. cit.*, p. 17: "também as oposições procuraram desenvolver e divulgar as suas próprias

sistemas repressivos como a censura, a visão "oficial" do passado histórico.

A importância da História para o regime, nomeadamente no que diz respeito à História contada às crianças, está visível em alguma da legislação promulgada no início da década de 30 pelo Ministério da Instrução Pública. O Decreto n° 19 605 de 15 de Abril de 1931 estabelece a adopção dos manuais que sejam aprovados pelo Governo em concursos que se realizam quinquenalmente⁽¹²⁾, afirmando no artigo 13° que: "Só podem ser aprovadas obras que obedeam inteiramente aos programas de ensino, quanto ao seu conteúdo, que respeitem a *exactidão nas doutrinas* e a correcção na linguagem e que se conformem com as observações dos programas e o carácter do ensino secundário"⁽¹³⁾.

Um ano após a promulgação deste decreto é publicado o Decreto n° 21103 para informar "sobre o significado e a latitude da expressão 'exactidão nas doutrinas', inserta no artigo 13° do Decreto 19 605, de 15 de Abril de 1931, quando de aplicar aos compêndios de História Pátria para o ensino secundário e do ensino técnico

memórias históricas [...] como instrumento de luta cultural e política". Para exemplificar esta conclusão ver no anexo 1 do estudo citado o documento "Os comunistas e a Nação", publicado no jornal *Avante* em Novembro de 1937 (então clandestino, não estando, por isso, sujeito à censura).

(12) Artigo 1º: "Os livros de ensino que devem ser adoptados em cada liceu serão escolhidos pelo conselho escolar de entre os que forem aprovados pelo Governo, mediante concurso geral, de cinco em cinco anos". Esta medida justificava-se, no preâmbulo do citado decreto, com a defesa da "bolsa dos encarregados de educação" (*Diário do Governo*, 1º semestre de 1931, p. 474).

(13) *Diário do Governo*, 1º semestre de 1931, p. 475 (sublinhado nosso). O artigo 22° refere que "O professor que adoptar qualquer livro fora das normas estabelecidas no artigo antecedente, ou promover a leitura, na aula ou fora dela, de livros que o conselho de directores de classe ou as estâncias superiores venham a reputar de imorais, incorre na pena do n° 8 do artigo 248° do regulamento aprovado pelo decreto n° 7 558". Este último Decreto (7 558) data de 1921 e constitui o Regulamento da Instrução Secundária; o seu artigo 248° define as penalidades a que o corpo docente está sujeito se transgredir no exercício das suas actividades: "As infracções e delitos cometidos pelos professores efectivos e agregados no exercício das suas funções serão punidas com as seguintes penalidades [...]", a penalidade n° 8 consiste na "Transferência para outro liceu" (*Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, 1º semestre de 1921, p. 700).

profissional"⁽¹⁴⁾. E especificava a função e objectivos do ensino da História: "A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora"⁽¹⁵⁾. E passa a criticar a "memória histórica demo-liberal"⁽¹⁶⁾ que "tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses"⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁴⁾ Preâmbulo do Decreto n° 21103, *Diário do Governo*, I° Semestre de 1932, p. 481.

⁽¹⁵⁾ *Idem*. Sobre a função nacionalizadora da História cito uma ordem emanada da Direcção dos Serviços de Censura de instruções sobre a literatura infantil: "Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas" (Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre literatura infantil*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950. *Apud* Graça Almeida Rodrigues, *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, ICLP, 1980, p. 72).

⁽¹⁶⁾ Apesar de não existir uma hegemonia ideológica totalitária, podemos encontrar pontos de contacto entre as diversas interpretações do passado nos períodos da Monarquia Constitucional e da primeira República.

⁽¹⁷⁾ Preâmbulo do Decreto n° 21103, *Diário do Governo*, I° Semestre de 1932, p. 481. Na obra de Virgínia de Castro encontramos críticas à "historiografia liberal", nomeadamente a Oliveira Martins que apelida de artista: "Um artista português chamado Oliveira Martins, que escreveu com muito lindas palavras uma feia e má história de Portugal, contou esse embarque da família real [para o Rio de Janeiro em 1807] como coisa vergonhosa. Deus lhe perdoe as mentiras que escreveu" (*História Maravilhosa de como o Grande Imperador Napoleão foi vencido em Portugal*, n° 41, p. 7). A autora descreve esse episódio da seguinte forma: "Apartida da família real para a terra portuguesa do Brasil fez-se com tanta dignidade e sossego que não havia naquele cais de Belém quem não tivesse as lágrimas nos olhos. Ali estava reunida a Corte no seu aparato sem pressas nem aflições, cada qual no seu lugar. E o Príncipe ali deu beija-mão com muito sossego, dizendo a cada um palavras de conforto, de ânimo e de esperança". Na História de Portugal de Oliveira Martins o quadro é muito diferente: "em 1807 (Novembro, 29) embarcava um préstito fúnebre para o Brasil. A onda da invasão varria diante de si o enxame dos parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freirás, mosenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cais de Belém. Parecia o levantar de uma feira, e a mobília de uma barraca suja de saltimbancos falidos [...].

O Estado assume neste decreto a autoridade de "fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História" porque a Ditadura Nacional é "inspirada em princípios opostos aos que, até ao seu advento, determinaram os governantes". Divide o discurso historiográfico em dois momentos: "uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e portanto inalterável; mas há também no ensino uma parte crítica, e essa é a função do historiador". Tendo consciência da subjectividade da "crítica Histórica", "Tal historiador tal atitude", o Estado apropria-se do direito de a monopolizar: "Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional, quer dizer a verdade que convém à Nação"⁽¹⁸⁾.

Com este argumento temos a imposição de um sistema de representações e valores, de uma ideologia, ao discurso historiográfico produzido no Estado Novo, pelo menos em relação ao discurso "oficial". O objectivo é eminentemente nacionalista: os compêndios de História devem demonstrar que "Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo"⁽¹⁹⁾.

Muita gente por indolência, recusava ir; outros preferiam o invasor ao Bragança, que fugia miserável e cobardemente [...]. O príncipe decidira que o embarque se fizesse de noite, por ter consciência da vergonha da sua fuga; mas a notícia transpirou, e o cais de Belém encheu-se de povo, que apupava os ministros, os desembargadores e toda essa ralé de figurões de lodo [...]" (Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1991 (ed. original de 1879), pp. 394-396). E a escritora é mais contundente em relação a este autor quando defende uma proposta que visava a publicação de uma antologia dos cronistas medievais portugueses onde "se escolhessem os melhores trechos e estes fossem coligidos cronologicamente, traduzidos em linguagem moderna, ligados entre si por breves e claros resumos [...] essa obra seria lida com agrado por todos como um belo romance", e conclui: "Não aprovariam talvez que se fizesse a obra a que acabamos de nos referir, mas aprovam que os dois volumes da História de Portugal de Oliveira Martins ande entre todas as mãos" (*Fernão Lopes*, Coleção Grandes Portugueses, nº 2, 1944, pp. 13-14). Note-se que a História de Portugal de Oliveira Martins teve um grande êxito editorial e na data em que Virgínia de Castro escreve tal obra já ia na 12ª edição (1942).

⁽¹⁸⁾ *Diário do Governo*, 1º semestre de 1932, pp. 481-482.

H *Idem*, p. 482.

Em quatro artigos estabelece-se o corpo da ideologia a veicular pela história "oficial". No artigo 1º condena-se o anacronismo e defende-se a objectividade histórica: "Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro da sua época e dos seus objectivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje"⁽²⁰⁾. No artigo 2º é defendida a exaltação da Pátria: "Todo o feito que significa esforço da Nação desde o início da História Pátria até ao presente, deve ser exaltado como bom e digno"⁽²¹⁾. O artigo 3º revela-nos a informação nuclear, os valores a transmitir nos compêndios de História: "Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através dos oito séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores: a Família, como célula social; a Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento indispensável da unidade e solidariedade nacional; o Princípio da autoridade, como elemento indispensável do progresso geral; a Firmeza de Governo, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da hierarquia, condição básica da cooperação de valores, e a cultura literária e científica"⁽²²⁾. Neste artigo também se atribui à História uma função arquetípica, um carácter normativo[^]). No artigo 4º fecha-se o ciclo do sistema com a condenação, através da censura, da "crítica histórica" que se afaste do que ficou definido nos artigos anteriores: "Tudo quanto, pelo contrário tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura"⁽²⁴⁾. Desta forma ficou definido o significado e latitude da expressão "exactidão nas doutrinas".

⁽²⁰⁾ *Idem.*

⁽²¹⁾ *Idem.*

H *Idem.*

⁽²³⁾ Estamos, segundo João Ameal, no campo da História Ética: "consiste numa galeria de modelos em que se possa distinguir o bem e o mal, o exemplo a seguir e o erro a evitar e, portanto, donde resulte uma série de normas úteis para a conduta dos contemporâneos" (*História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, p. IX. Esta obra recebeu em 1941 o prémio Alexandre Herculano atribuído entre 1934 a 1961 à melhor obra de História de Portugal, na perspectiva do SPN/SNI, apresentada a concurso. Cf. *32 anos de Política do Espírito 1934-1966. Exposição dos prémios do SNI. Literatura, Artes plásticas, Música, Teatro, Cinema*, Lisboa, SNI, 1966).

⁽²⁴⁾ *Diário do Governo*, 1º semestre de 1932, pp. 481-482.

Acerca da rentabilização da História no Estado Novo podemos acrescentar algumas das frases "curtas, fáceis de compreender e reter" que o decreto 21 014 tornava de obrigatória inserção nos livros de leitura adoptados oficialmente²⁶). Como, por exemplo, os livros de leitura da 4ª classe do ensino primário elementar: "A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios"²⁶). Para os livros de leitura da 1ª e 2ª classe dos liceus salienta-se a frase de Sidónio Pais: "eu não vivo no Portugal de hoje, vivo no Portugal de ontem para o Portugal de amanhã"²⁷). E para a selecta literária da 3ª, 4ª e 5ª classe dos liceus, as frases de Fustel de Coulanges: "O verdadeiro patriotismo consiste não no amor do solo, mas no amor do passado, no respeito pelas gerações que nos precederam"²⁸); de Alexandre Herculano: "Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade"²⁹); e, novamente, de Sidónio Pais: "Aproveitai da tradição as pedras que possam servir de alicerce às construções modernas e firmando-vos sobre elas caminhai para a frente, olhos fitos no ressurgimento da nossa Pátria e no progresso da humanidade"³⁰). No *Decálogo do Estado Novo*, o mandamento 9º diz o seguinte: "O Estado Novo quer reintegrar Portugal na grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto Império [...]"³¹).

Através da análise da colecção *Pátria* de Virgínia de Castro e Almeida procurarei demonstrar, na prática, algumas das características da memória histórica "estadonovista".

²⁵) Decreto 21 014 de 19 de Março de 1932, *Diário do Governo*, Iº semestre de 1932, pp. 396-400. No seu preâmbulo justifica o uso destas frases por ser de "manifesto interesse pedagógico proporcionar à leitura das populações escolares ensinamentos de ordem moral e patriótica". Transcrevo o artigo único deste decreto: "É obrigatória a inserção, nos livros de leitura adoptados oficialmente, dos excertos publicados em anexo ao presente decreto".

²⁶) *Idem*, p. 396.

²⁷) *Idem*.

²⁸) *Idem*, p. 397.

²⁹) *Idem*.

³⁰) *Idem*.

³¹) *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934.

2. Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945)

É quase inexistente a bibliografia acerca desta autora prolixa. Apenas lhe fazem referência obras de carácter geral⁽³²⁾.

Virgínia de Castro e Almeida nasceu em Lisboa em 1874 e publicou o seu primeiro livro, *A fada tentadora* ⁽³³⁾ em 1895, com 21 anos. Maria Amália Vaz de Carvalho, em carta prefácio a esse livro, queixava-se do atraso deste género literário em Portugal e da necessidade de as crianças se socorrerem da literatura estrangeira que desnacionalizava o seu espírito⁽³⁴⁾.

Autora de uma obra extensa⁽³⁵⁾, que se divide em literatura para crianças⁽³⁶⁾, bibliografia de carácter pedagógico⁽³⁷⁾, reflexões

⁽³²⁾ *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, pp. 257-258 e vol. 39 (apêndice), p. 292; *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4, pp. 1450-1451. No *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto Prado Coelho surgem pequenas referências a esta autora nos artigos "Cinema e literatura" (por José Augusto França); "Infantil, literatura" (por Ester Lemos); "Madeira" e "Mulher" (por Jacinto Prado Coelho); *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão no artigo "Cinema em Portugal" da autoria de Manuel de Azevedo. Breves referências nas obras de Natércia Rocha, *Breve história da literatura para crianças em Portugal*, Lisboa, ICLP, 1992 (1ª ed. de 1984), pp. 55-56,62-63 e 92; da mesma autora, *Bibliografia geral da literatura portuguesa para crianças*, Lisboa, Ed. Comunicação, 1987; Luís de Pina, *História do Cinema Português*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986, pp. 43-48; Félix Ribeiro, *Figuras e factos da história do cinema português (1898-1949)*, Lisboa, Ed. Cinemateca, 1983, pp. 201-207. Estabelecendo a relação entre a autora e a colecção *Pátria* veja-se Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, pp. 197-247 e Heloísa de Jesus Paulo, "*Estado Novo*" e *Propaganda*. O *SPN/SN1* e o *DIP*, (não publicado), principalmente o cap. IU "O Secretariado de Propaganda Nacional e o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo".

⁽³³⁾ A autora assina com o pseudónimo "Gi".

⁽³⁴⁾ "É triste que nós pensemos tão pouco nas creanças, é triste que toda a cultura que lhes queremos ou lhes podemos dar tenda a desnacionalizar-lhes o espírito, a destruir n'ellas o gosto das coisas puramente nacionaes" (Maria Amália Vaz de Carvalho, carta-prefácio ao livro de Virgínia de Castro e Almeida, *A fada tentadora*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1931, pp. 7-10).

⁽³⁵⁾ Cf. Apêndice onde estão indexados 85 títulos.

⁽³⁶⁾ *A fada tentadora*; *Histórias*; *Céu Aberto*; *Em Pleno Azul*; *História de Dona Redonda e a sua gente*; *Aventura de Dona Redonda*; *O coelhinho verde*; *História de Alarico sem fel*; *História de Espantarratos*, *Espirracanivetes* e *Nãoterrales*; *História do palonço brutamontes*; *Colecção Pátria* (43 volumes); *Colecção Grandes Portugueses* (os primeiros 4 volumes).

sociológicas⁽³⁸⁾, romances⁽³⁹⁾, impressões de viagens⁽⁴⁰⁾, argumentos cinematográficos⁽⁴¹⁾, recolha de lendas e contos⁽⁴²⁾, traduções⁽⁴³⁾,

(37) *Geografia; Pela terra e pelo ar: noções de entomologia; As lições do André: noções de ciências.*

(38) *Como devemos criar e educar os nossos filhos; A mulher: história da mulher, a mulher moderna - educação.*

(") *Terra bemditada; Trabalho bemdito; Capital bemdito; Pé; Os olhos da alma.*

(**) *Coisas que eu penso; Cartas a Fabricio; Mar tenebroso.*

(41) *A Sereia de Pedra* (baseada na narrativa "Obra do Demónio", extraída da colectanea de contos *A Praga*) e *Os olhos da alma*. Porém, a autora não se limitou ao papel de argumentista: em 1922 fundou uma empresa produtora de filmes, a "Fortuna Films", que tinha sede em Paris, rua de Montmartre, onde aquela habitava, e com escritórios em Lisboa nos estúdios da "Portugália Film". Os objectivos que presidiram à criação desta empresa estão definidos numa mensagem dirigida "ao público brasileiro": "mostrar às nações estrangeiras, por meio do cinema que é hoje o mais poderoso elemento de propaganda, as belezas naturais de Portugal, os seus monumentos e os costumes do seu povo, coisas em geral pouco conhecidas e, infelizmente, por vezes até caluniadas" (*Os Olhos da Alma* (com as photographias do film), Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1925). A primeira película, *A Sereia de Pedra*, foi rodada no final de 1922, tendo como local da acção o Convento de Cristo; foi estreada em Paris, no cinema "Artistique", onde teve um bom acolhimento pela crítica. Em Portugal teve a sua estreia em 4 de Abril no Olympia (o *Jornal dos Cinemas* de 15 de Janeiro de 1923 refere uma ante-estreia para a imprensa e convidados no dia 9 de Dezembro de 1922 na mesma sala de espectáculos). *Os Olhos da Alma*, realizado em 1923, foi apresentado no dia 11 de Dezembro no cinema "Select" de Paris. Nas suas memórias, Eduardo Brazão, que intepretava um personagem neste filme, transcreve uma carta que a autora lhe enviou da "cidade luz" a descrever a recepção da obra cinematográfica: "É com o mais profundo e sincero prazer que venho dar-lhe as notícias relativas à apresentação do nosso 'film' *Os olhos da alma* aqui em Paris [...] Tivemos uma sala cheia e uma assistência muito escolhida, tanto do mundo elegante como profissional [...] Comunico a V. Ex^a com verdadeira alegria, que a sala inteira fez uma ovação entusiástica ao grande actor [...]" (*Memórias de Eduardo Brazão que seu filho compilou*, s.l., Empresa da Revista de Teatro, 1925, 2^a ed., pp. 235-237). Esta fita só foi apresentada em 30 de Março de 1925 no cinema Tivoli de Lisboa e no dia 8 de Junho no Rio de Janeiro. Ambas as obras foram dirigidas por Roger Lion. A "Fortuna Films" terminou a sua carreira em 1923, depois de uma tentativa de união com a "Invicta Film" não se ter concretizado. (Sobre este tema cf. Félix Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 129 e 201-207; Luís de Pina, *ob. cit.*, pp. 45-47); Alves da Costa, *Breve História do Cinema Português (1896-1962)*, Lisboa, ICLP, 1978, pp. 42-44; Bémard da Costa, *Histórias do Cinema*, Lisboa, I.N.-C.M., 1991, p. 35.

obras de divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro⁴⁴⁾ e colaboração na imprensa⁴⁵⁾, surpreende a muito reduzida informação biobibliográfica existente a seu respeito.

O seu posicionamento perante o regime é bem evidente. No prefácio ao livro de Luís Forjaz Trigueiros, *Caminho sem Lwz*⁴⁶⁾ de 1936, que intitulou de *Procissão de ideias sugeridas pelos contos e pela personalidade do autor*, expressa um elogio ao Estado Novo: "Tem-me interessado muito o espírito dos novos, isto é, dos homens de uma geração que já foi marcada pelo cunho do Estado Novo, por uma ordem de ideias completamente diferente da que marcou os novos do meu tempo. Os novos de agora vivem, querem viver; os do meu tempo morriam e vangloriavam-se de morrer. Durante dezenas... e mesmo centenas de anos e até há bem pouco tempo, marchámos na cauda dos acontecimentos europeus, recolhendo as ideias deixadas no caminho pelos que iam adiante, e considerando-as novas quando já outras ideias, ainda ignoradas por nós, ocupavam já os cérebros dos que nos precediam. Há apenas uma

⁴¹⁾ *Inocente; A Praga; Contos de Portugal: Trás-os-Montes e Beira Alta; Lobisomem.*

⁴³⁾ Tradução de autores como Marco Aurélio, Cervantes, Charles Dickens, Georges Sand, F. Nicolay, G. Tamburini; Ch. Richet e Erich Kastner.

⁴⁴⁾ *Itinéraire historique du Portugal; Vie de Camoens. Le Poète des "Lusiades" et de Portugal de son temps; Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et XVIe siècles: antologie des écrits de l'époque - Chroniques de Gomes Panes de Azur ara; Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et XVIe siècles: antologie des écrits de l'époque - Chroniques de João de Barros, Damião de Goes, Gaspar Correa, Garda de Resende: la decouverte de l'Inde par Vasco da Gama.*

⁴⁵⁾ No jornal *O Século*, de 4 de Março de 1927, é publicado um artigo sobre esta escritora em que se afirma o seguinte: "[...] a nossa eminente colaboradora [...] ocupa entre as senhoras portuguesas que se consagram às letras, um lugar de especial relevo. Sobre ser contista e romancista de reconhecido merecimento, é uma pensadora, a quem os problemas sociais particularmente interessam. Em regra, os seus trabalhos literários não se inspiram no princípio tão discutido, da arte pela arte, mas obedecem a uma finalidade superior e prática, porque visam a educar, a fortalecer os grandes sentimentos humanos e a melhorar as condições em que vivem o indivíduo e a sociedade. É vasta e valiosa a sua produção [...]" (p. 1, col. 5). Sem termos efectuado uma pesquisa esgotante, podemos assinalar dois artigos assinados por Virgínia de Castro no periódico a que nos referimos: "Bolsas internacionais de estudo" (2-2-27, p. 1, col. 1) e "Instrução primária" (5-2-27, p. 1, cols. 1 e 2).

⁴⁶⁾ Lisboa, Edições Europa, 1936, pp. 9-19.

meia dúzia de anos que, galvanizados por um milagre, despertámos desse torpor, e que o pensamento português principiou a sincronizar-se com o pensamento europeu"⁽⁴⁷⁾. Especificando que a sua crítica aponta apenas para as elites intelectuais, considerando o povo portador de uma natureza substancialista que se limita ao papel de reflexo das elites⁽⁴⁸⁾.

3. *Colecção Pátria: narrativas ficto-históricas*

A Colecção *Pátria* foi editada pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) entre 1936 e 1944 (40 volumes), tendo os últimos 3 volumes de 1945 a 1946 sido editados pelo órgão estatal que o substituiu, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Os objectivos do SPN estão plasmados no Decreto-Lei n.º 23054 de 25 de Setembro de 1933: "integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação" e divulgar o "espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo"⁽⁴⁹⁾.

Esta instituição estava na directa dependência da Presidência do Conselho e utilizava como estratégias de propaganda a promoção da edição de publicações, o controle "sugestivo" da imprensa, a organização de manifestações nacionais e festas públicas, a utilização da radiodifusão, do cinema e do teatro⁽⁵⁰⁾.

⁽⁴⁷⁾ *Ob. cit.*, pp. 9-10.

⁽⁴⁸⁾ *Idem*, p. 10: "falando assim dos novos, quer de agora, quer dos antigos, refiro-me às elites, àqueles que por ofício ou vocação de escrever tomaram sobre si grandes responsabilidades que nem sempre reconhecem; responsabilidades enormes para com toda a gente que lê livros e jornais e a quem os escritores, consciente ou inconscientemente, inspiram ideias, desejos, revoltas, entusiasmos e sonhos". Este elitismo de afirmação intelectual tinha sido bem vincado na ideologia do integralismo lusitano (cf. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 25-31).

(*) Decreto Lei n.º 23:054, de 23 de Setembro de 1933, p. 5. Apud Heloísa Jesus Paulo, *ob. cit.*

(⁽¹⁾) Cf. Fernando Rosas (coordenador), *Portugal e o Estado Novo*, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, cap. IX "Salazarismo e Cultura" por Jorge Ramos do Ó, pp. 390-454. O Decreto-Lei citado define o seu programa: "O SPN divide-se em duas secções: interna e

O SNI foi criado a 23 de Fevereiro de 1944 através do Decreto-Lei nº 33 545 não diferindo muito do antigo aparelho de propaganda⁽⁵¹⁾.

O SPN/SNI são instrumentos legais do regime que pretendem criar uma ortodoxia discursiva que obedece a uma ideologia dominante e eliminar as propostas heterodoxas por serem "perturbadoras e dissolventes".

O conjunto das narrativas que formam a Colecção Pátria afasta-se, ao nível das estratégias de transmissão da mensagem, da história contada às crianças por Pinheiro Chagas⁽⁵²⁾, Adolfo Simões

extema. À primeira cabe-lhe: 'a) regular as relações da imprensa com os poderes do Estado; b) fomentar a edição de publicações que se destinem a fazer conhecer a actividade do Estado e da nação portuguesa; c) organizar um serviço de informação da acção desenvolvida pelos diferentes serviços públicos na parte que interessa à Propaganda Nacional; d) servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos respectivos ministérios; e) organizar manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda; f) combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional; g) estimular, na zona da sua influência, a solução de todos os problemas referentes à vida do espírito, colaborando com artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinem ao desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais; h) utilizar a radiodifusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à sua acção'. Compete à secção externa: 'a) colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro; b) superintender em todos os serviços oficiais de imprensa que actuem fora do País; c) promover a realização de conferências em vários centros mundiais por individualidades portuguesas e estrangeiras; fortalecer o intercâmbio com os jornalistas e escritores de grande nomeada; elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino; promover a expansão, nos grandes centros de todas as manifestações de arte e da literatura nacionais'" (*Apud*, Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 398).

⁽⁵¹⁾ Heloísa Jesus Paulo, *ob. cit.*: "o novo Secretariado Nacional de Informação não difere em muito do antigo SPN quanto à sua função de propaganda" apesar de ser "uma reestruturação muito mais elaborada e coerciva que a do antigo órgão de propaganda".

⁽⁵²⁾ *História Alegre de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1985 (ed. original de 1880).

Müller⁽⁵³⁾ ou Olavo D'Eça Leal⁽⁵⁴⁾.

No primeiro caso, dos finais do século XIX (1880), o autor utiliza um narrador, isto é, "uma entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso"⁽⁵⁵⁾. O mestre de instrução primária João Martins, "mais conhecido pelo nome de João da Agualva, porque morava na pequena aldeia deste nome"⁽⁵⁶⁾, narra, durante dez serões, a História de Portugal numa linguagem coloquial⁽⁵⁷⁾. Pinheiro Chagas opta por uma narrativa pedagógica e desmistificadora, como se pode verificar na descrição do episódio da batalha de Ourique, situando-se num universo interpretativo pós-herculiano: "A respeito de Ourique tem havido mosquitos por cordas. Diz-se que apareceu Nosso Senhor a D. Afonso, que este foi aclamado rei pelos soldados, que aquilo foi uma batalha formidável, etc... Eu cá não me meto nessas coisas", apesar de admitir que "Deus pode fazer esses milagres sempre que lhe aprouver"⁽⁵⁸⁾.

^{f53)} *Historiazinha de Portugal*, Lisboa, SPN, 1943.

^{f54)} *História de Portugal para meninos preguiçosos*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943. Esta obra viria a ser distinguida com o prémio Maria Amália Vaz de Carvalho (instituído em 1937 para premiar o melhor livro português de literatura infantil e que foi extinto em 1972) no ano de 1943. Cf. *32 anos de Política do Espírito... E possível consultar a lista de obras e autores premiados em Natércia Rocha, ob. cit., p. 257.*

⁽⁵⁵⁾ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987, p. 249. Neste caso estamos perante um narrador heterodiegético: "o narrador relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou como personagem, o universo diegético em questão", pp. 254-255.

⁽⁵⁶⁾ Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, p. 11.

⁽⁵⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 10, na dedicatória do livro ao conselheiro Miguel Martins Dantas, ministro de Portugal em Londres: "a História vai escrita [...] no torn faceto, folgazão, singelo e popular que achei original, picante e útil".

⁽⁵⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. 39-40. Na coleção *Pátria* a batalha de Ourique é relatada da seguinte forma: "Ao cair da tarde o ermitão veio ter com D. Afonso Henriques e falou-lhe assim: Tríncipe D. Afonso, Deus manda-te recado por mim de que vencerás esta batalha e que para isso te dará o esforço preciso. Deita-te e dorme e, pelo meio da noite hás-de ouvir tocar o sino da ermida; e quando tal ouvires, sai fora e Jesus Cristo te aparecerá pregado na Cruz'. [...] Por volta da uma hora da noite ouviu tocar o sino da ermida. Ergueu-se e saiu fora da tenda. No escuro da noite viu uma grande claridade e no meio dessa claridade lá estava a figura de Jesus Cristo crucificado. Ao levantar os olhos

Com Adolfo Simões Müller, temos o autor como narrador da "Historiazinha", utilizando a imagem⁽⁵⁹⁾ e uma linguagem muito próxima da mundividência infantil: "A gente nova deve habituar-se, de muito nova, a não dar a sua palavra de honra a torto e a direito, por dá cá aquela palha"⁽⁶⁰⁾. Segue uma perspectiva historiográfica que obedece à "exactidão nas doutrinas", como provam à saciedade os estudos de Luís Reis Torgal que tem utilizado esta obra e a de Olavo D'Eça Leal como paradigmas da memória histórica "oficial" difundida às crianças no Estado Novo⁽⁶¹⁾.

Este último autor utiliza uma estratégia narrativa mais complexa, baseada em explicações que um tio Afonso ministra a um sobrinho de nome Paulo Guilherme. Ao nível do conteúdo domina a ortodoxia historiográfica institucionalizada.

Nos textos que constituem a colecção *Pátria*, Virgínia de Castro e Almeida faz uso do sub-género literário que é a ficção histórica. As suas narrativas estão eivadas de diálogos, monólogos, descrições de "estados de alma" ficcionados pela autora. Não estamos perante o texto ficto-histórico "clássico", no sentido da ficção histórica romântica. A autora não se preocupa em unir a ficção e a história através do verosímil⁽⁶²⁾, assim como as personagens

para Jesus, D. Afonso Henriques sentiu como um sangue novo a correr-lhe nas veias: 'Meu Senhor! Meu Senhor!' gritou ele. 'Aos hereges havias tu de aparecer e não a mim que, mesmo que não te visse, a minha fé e esperança em ti estariam comigo na vida e na morte'. (*História do grande cavaleiro sem medo*, nº 2, p. 12).

⁽⁵⁹⁾ Existe uma ilustração por cada capítulo (31) da autoria de Emmérico Nunes.

O Adolfo Simões Müller, *ob. cit.*, p. 19.

⁽⁶¹⁾ Cf. Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, pp. 197-247 e o artigo "Livros de História e de Histórias no Estado Novo", *Biblos*, vol. LXVIII, 1992, pp. 385-404.

⁽⁶²⁾ "Uma noção fundamental para se entender o modo de formulação do romance histórico: a noção de *verosimilhança*", (Carlos Reis, "Herculano e a ficção romântica", *Construção da Leitura...*, INIC, 1982, pp. 104-105); "la catégorie du vraisemblable [...] situé entre le vrai et le faux, entre le réel et le fictif invraisemblable", (J. Molino, "Qu'est-ce que le roman historique?", *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Março-Junho, 1975, p. 204); "Elemento de realismo estilístico [...] deu não só a ilusão de veracidade às narrativas ficto-históricas [...] mas atraiu multidões de leitores, ávidos de pormenores acerca da vida quotidiana de outras eras" (Cândido Beirante, *Alexandre Herculano, as faces do poliedro*, Lisboa, 1991, p. 58). Excepcionalmente, encontramos, na colecção *Pátria*, uma ou outra passagem que pretende atribuir verosimilhança

protagonistas não são ficcionadas, à excepção de uma família do terceiro estado no tempo do Marquês de Pombal⁶³), enquanto na ficção histórica romântica as grandes figuras históricas são parte do cenário em que se desenrola a acção não assumindo protagonismos⁶⁴).

A potencialidade da ficção-histórica como método pedagógico já era enunciada por Mendes Leal em 1843: "a melhor maneira, e já agora talvez única neste século de se ensinar a história, não que assim leve menos trabalho, tempo e vigílias a quem escreve, mas porque, ao mesmo passo que deleita, instrui mais a quem lê"⁶⁵). Recentemente, Augusto José Monteiro, utilizando a mesma estratégia escrevia na nota de abertura: "ficcionava para melhor fazer passar a história [aos seus alunos]"⁶⁶).

à narrativa: "E esta história é toda verdadeira do principio ao fim. Foi o secretário do infante Dom Fernando, João Alvares, companheiro fiel do seu calvário, que a escreveu por ordem do infante Dom Henrique, quando foi resgatado e voltou a Portugal" (*História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando*, nº 18, p. 14). Raramente encontramos uma posição crítica da autora em relação à factologia histórica, como por exemplo: "O capitão do navio pequeno, encarregado de levar a notícia a el-rei, chamava-se André Gonçalves (e outros dizem que foi ele que se perdeu da armada em Cabo Verde e que foi o navio de Luiz Pires que foi mandado a Lisboa com a notícia da descoberta do Brasil)", (*História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou*, nº 23).

(©) Família originária do Porto, que se viu obrigada a migrar para Lisboa devido à repressão dos tumultos nessa cidade em 1757 (curiosa a inversão cronológica dos acontecimentos históricos em favor da ficção, enunciando primeiro os motins do Porto e depois o terramoto de Lisboa). O chefe de família é o Manuel, mestre carpinteiro, casado com Maria e pai de dois filhos, o José, carpinteiro como o pai, e a Rita criada de servir em casa de fidalgos. As personagens ficcionadas estão relacionadas com elementos populares, como os criados da família Sequeira, nos inícios do século XIX (ver nºs 40,41,42 e 43 da colecção *Pátria*).

(**) Cf. as obras de ficção histórica de Alexandre Herculano (*Lendas e Narrativas* (1837-1843); *O Monge de Cister* (1841); *O Bobo* (1843); *Eurico o Presbítero* [1844]) e nos nossos dias a ficção histórica de José Saramago (*Memorial do Convento* (1982) e *História do Cerco de Lisboa* (1989)).

(e) "Bem querer e mal fazer (1531)", *Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, 1843, pp. 15-16. Acerca da ficção histórica oitocentista ver António Manuel Ribeiro, *A ficção histórica no Panorama e a ideia de nação (1837-1844)*, Coimbra, não publicado, 1992, vol. I, pp. 16-34.

(66) *jesus, tô, ia, pouco doces*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

Após a leitura das narrativas de Virgínia de Castro e Almeida, consideramos que aquelas estão, na nossa opinião, dentro dos esquemas formais, mas não tradicionais, da ficção histórica. A própria autora reflecte sobre esta questão: "nós não somos historiadores; somos contadores de histórias como os antigos trovadores que andavam de terra em terra e de corte em corte, na linda Idade Média, a cantar histórias de amor e de guerra, a exaltar heróis e heroínas, a torná-los tão grandes que rebentavam as prisões dos livros e dos velhos documentos e conquistavam a mais livre e luminosa imortalidade na memória e no coração do povo. Somos contadores de histórias; e vamos contar as nossas histórias aos rapazes e às raparigas da 'Mocidade Portuguesa' que andam na escola e sabem provavelmente mais do que nós dos factos oficiais do nosso passado. As minhas histórias não são oficiais; têm os pés cravados na terra sã e fecunda de Portugal, e a cabeça lá muito alto entre as névoas resplandcentes do sonho. Assim tocam duas verdades eternas que são uma só verdade"⁽⁶⁷⁾.

4. Ideologia veiculada na Colecção Pátria

4.1. *A mais bela História*

Como afirma Eduardo Lourenço "a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses fazem de si mesmo"⁽⁶⁸⁾. Temos matéria de reflexão, numa perspectiva imagológica lourenciana⁽⁶⁹⁾, na ideia geral da História de Portugal que é veiculada no período salazarista.

Procedendo a uma recolha sumária das passagens que comprovem esta ideia salientamos as seguintes: "Nem há outro povo na terra que possa contar do seu passado histórias mais maravilhosas"⁽⁷⁰⁾; "a História de Portugal, que é a mais linda de

⁽⁶⁷⁾ *Dom Pias Roupinho*, Colecção Grandes Portugueses, 1943, p. 6. Sobre este tema cf. Luís Reis Torgal, "Livros de História e de Histórias no Estado Novo", p. 404.

⁽⁶⁸⁾ *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, p. 17.

⁽⁶⁹⁾ *Idem*, p. 12, "um discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmos temos forjado".

O História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos mouros, p. 14.

todas as historias, é toda feita de maravilhas, de milagres e tecida de ponta a ponta por grandes homens, génios na guerra, nas altas ciencias de mandar e de obedecer, na sabedoria de governar, na ânsia de descobrir, no poder de criar e na rara e esplêndida capacidade de adorar"⁽⁷¹⁾.

4.2. O providencialismo na *Historia de Portugal*

A origem da nação portuguesa é explicada através de uma argumentação de cariz providencialista. Alexandre Herculano escrevia no romance histórico *O Bobo* em 1843: "a existência da monarquia portuguesa estava decretada na mente de Deus. Este país, cujos destinos eram conquistar ... Ñas narrativas da colecção *Pátria* podemos considerar o providencialismo como uma linha isotópica ao longo dos quarenta e três volumes que a constituem.

O primeiro rei de Portugal tinha o desejo de construir o reino à sombra da cruz, símbolo da nação: "(D. Afonso Henriques) Ó meu Senhor Deus, aqui te agradeço a ajuda que me mandas. Bem sabes que é meu desejo combater contra os moiros inimigos teus [...] e fazer aí o meu reino à sombra da tua cruz"⁽⁷²⁾. E a providência divina não abandonou o país nos seus momentos mais difíceis. Assim, o cerco de Lisboa (1373) "acabou porque Deus espalhou uma grande peste sobre as tropas espanholas. Os soldados morriam como tordos [...] e dos portugueses não morreu ninguém, louvado seja Deus"⁽⁷³⁾. Nun'Álvares Pereira convenceu o Mestre de Avis a aceitar o trono de Portugal porque Deus não podia querer um monarca espanhol como rei do nosso país⁽⁷⁴⁾. Estar contra Portugal é sinónimo de estar contra Deus: "[...] que mau serviço fazeis a Deus andando a soldo de inimigos da vossa pátria e de vosso rei"⁽⁷⁵⁾.

O transcendente também se manifesta através de fenómenos meteorológicos: quando Inês de Castro é assassinada arma-se "de repente grande temporal. O vento uivava na ramaria dos pinhais, os trovões eram tamanhos que faziam tremer a terra, e o clarão dos

(71) *Dom Puaas Roupinho*, nº 1, Colecção Grandes Portugueses, p. 5.

(72) *História do grande cavaleiro sem medo*, nº 2, p. 12.

(73) *História da Rainha Flor de Altura*, nº 11, p. 10.

(74) *História de Flor de Altura e do Conde Espanhol*, nº 12, p. 10.

(75) *História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis*, nº 13, p. 11.

relâmpagos rasgava a escuridão da noite"⁽⁷⁶⁾; aquando da morte do Infante Santo em Ceuta (1438) "houve um eclipse do sol e ele deu a sua alma a Deus"⁽⁷⁷⁾.

Estas referências multiplicam-se e podemos sintetizar concluindo que na História do nosso país tudo é providencial, injustificável racionalmente porque pertence ao domínio do incrível e do milagroso. Retomando Eduardo Lourenço: "É de uma lucidez e de uma sabedoria mais fundas que a de todas as explicações positivistas, esse sentimento que o português teve sempre de se crer garantido no seu querer nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como a mão de Deus"⁽⁷⁸⁾.

A fé aparece-nos como o "elemento da unidade e solidariedade nacional" e como "estímulo da expansão portuguesa".

4.3. O princípio da autoridade

A mensagem do autoritarismo está vincadamente explicitada, demonstrando a grande capacidade e alegria que existe em "obedecer bem" e condenando a democracia, directamente ou através da crítica às ideias veiculadas pela Revolução Francesa, que representava o triunfo das doutrinas demo-liberais⁽⁷⁹⁾.

A virtude de saber obedecer é elogiada através dos exemplos históricos. Ouçamos o Infante D. Henrique em conversa com Gil Eanes: "O Infante abanou a cabeça e respondeu: '[...] Saber obedecer, Gil Eanes, é cousa tão difícil e preciosa como saber comandar'"⁽⁸⁰⁾. Avançando no tempo atentemos no diálogo entre

⁽⁷⁶⁾ *História da linda Inês de Castro que depois de morta foi rainha*, nº 10, p. 10.

⁽⁷⁷⁾ *História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando*, nº 18, p. 9.

⁽⁷⁸⁾ Eduardo Lourenço, *ob. cit.*, pp. 18-19. Na *Colecção Grandes Portugueses*, Virgínia de Castro e Almeida ficciona este monólogo para Dom Fuas: "Ai, terras de Portugal! Terras de milagre que ides agora nascer! Sob o signo de Jesus Cristo e de sua Mãe Santíssima, a vossa fama inundará o mundo" (*Dom Fuas Roupinho*, nº 1, 1943, p. 16).

⁽⁷⁹⁾ Acerca das diversas leituras da Revolução Francesa em Portugal ver Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, pp. 133-170.

⁽⁸⁰⁾ *História do Infante D. Henrique e dos seus capitães*, nº 19, p. 9.

Pero da Covilhã e D. João II, dizendo o primeiro dirigindo-se ao rei: " [...] Vossa Alteza manda e eu obedeço; e ainda que me mande deitar a um poço, eu deito-me e não faço mais do que a minha obrigação. A minha vida pertence ao meu rei"; D. João II responde: "[...] A maior fortuna de quem obedece está na amizade e na confiança de quem manda. Mandar e obedecer são ofícios iguais aos olhos de Deus. Quem manda mal vale menos do que quem obedece bem"⁽⁸¹⁾. A autora conclui que "naquele tempo ninguém pensava em discutir ou censurar as ordens dos seus superiores, mas sim de as cumprir o melhor que podia, e por isso Portugal era então um dos países mais fortes e respeitados do mundo"⁽⁸²⁾. Na "idade de ouro"⁽⁸³⁾ portuguesa, o herói Afonso de Albuquerque "sabia muito bem que o seu dever era antes de mais nada, obedecer a el-rei. Este espírito de obediência é uma grande virtude e uma grande força; é com ele que se fazem as nações poderosas e os impérios que governam o mundo"⁽⁸⁴⁾. Outro famoso vice-rei da Índia, D. João de Castro "aprendeu a obedecer aos seus superiores sem uma queixa nem um murmúrio, entendendo que há tanta honra e valor em saber obedecer como em saber mandar"⁽⁸⁵⁾.

Virgínia de Castro e Almeida, quando se refere aos traidores da pátria, envia uma mensagem ao presente histórico: "Em todos os tempos se encontra disto: gente incapaz de entender que a dignidade da pátria se não separa da nossa própria dignidade. Agora mesmo, nos nossos dias, vemos isso muitas vezes: gente que se julga diminuída por obedecer a um bom chefe e que não se envergonha de lambar as botas a certos estrangeiros"⁽⁸⁶⁾. E para terminar a elucidação desta mensagem autoritária cito o seguinte trecho: "O povo em todos os países do mundo precisa de ser mandado. A sua felicidade não está em mandar mas sim em ser bem mandado. As nações onde deixe de haver boas cabeças para mandar o povo, morrem"⁽⁸⁷⁾.

⁽⁸¹⁾ *História dos dois homens que foram à procura do Preste João*, nº 25, p. 4.

⁽⁸²⁾ *Idem*, p. 13.

⁽⁸³⁾ Assim intitula João Ameal o livro III da sua *História de Portugal* que se reporta ao período da expansão marítima portuguesa.

⁽⁸⁴⁾ *História de espantar do grande governador chamado: o terrível*, nº 30, p. 3.

⁽⁸⁵⁾ *História do grande Dom João, capitão e sábio*, nº 31, p. 7.

⁽⁸⁶⁾ *História da boa gente que sabia o que queria*, nº 38, p. 7.

⁽⁸⁷⁾ *A linda história de uma família no tempo de Dona Maria I*, nº 40, p.9.

Na opinião da autora, a Revolução Francesa "foi o princípio de todos os males de que o mundo inteiro agora está sofrendo". Na ficção de Virgínia de Castro e Almeida, o sector social que se manifesta de forma mais radical contra os princípios igualitários é o povo. José da Rosa, criado de mesa ao tempo da revolução liberal portuguesa, mostra a sua irritação contra o veneno da mentira, "doutrinas do demónio, todas essas cantigas de igualdade, de liberdade, de direitos [...]'. Nisto levantou-se do seu canto o Dionísio, que era o chefe das cavaliças [...] 'Homem! Quando oiço falar em tais coisas, sobe-me raiva tamanha que nem sei o que seria capaz de fazer... Deus me perdoe! Igualdade! Como se um parvo fosse igual a quem tem juízo, ou um cobarde a um valente, ou um traidor a um homem leal [...] Ninguém pode acreditar em tais coisas [...] Igualdade! Os mesmos direitos para todos! Ora bolas! Direitos de quê? De fazer poucas vergonhas e mais nada"⁽⁸⁸⁾. Eram os serviços que mais se revoltavam com "as lérias de liberdade para o povo e cantigas da gente ser igual aos fidalgos"⁽⁸⁹⁾. O povo era contra o desrespeito da hierarquia social.

A democracia é o "grande regabofe"⁽⁹⁰⁾, no século XVI é que eram "tempos felizes em que não havia máquinas, nem fábricas, nem democracias"⁽⁹¹⁾. O escudeiro Miguel Maria considera que a "Constituição é a coisa mais desgraçada que há. É uma lei que tira todo o poder a El-Rei e que o dá seja a quem for"⁽⁹²⁾.

Virgínia de Castro e Almeida defendia que a mobilidade social era uma realidade no Portugal medieval e para tal "*ndo era preciso democracias nem 'direitos do homem' e outras coisas absurdas e grotescas que se inventaram depois e ainda hoje enganam muitos tolos. Bastava ter-se um coração valente, uma palavra firme, o culto ardente da honra e o desejo de bem servir a Deus e ao rei. A vida era simples; quem merecia a liberdade tinha-a; e cada um pensava mais nos seus deveres do que nos seus direitos. Nascia-se com deveres, mas conquistavam-se os direitos*"⁽⁹³⁾.

(“) *História do triste do diabo à solta*, n° 42, p. 4.

¹⁸⁹⁾ *História do rei D. Miguel*, n° 43, p. 4.

¹⁹⁰⁾ *Idem*, p. 14.

⁽⁹¹⁾ *História de espantar do grande governador chamado: o terrível*, n° 30, p. 10 (sublinhado nosso).

¹⁹²⁾ *História triste do diabo à solta*, n° 42, p. 4.

⁽⁹³⁾ *Dom Puas*, Coleção Grandes Portugueses, n° 1, p. 23 (sublinhado nosso).

Esta análise em torno do princípio da autoridade podia estender-se a diferentes campos, como a defesa do colonialismo⁽⁹⁴⁾, o papel primordial da Igreja e outros. Julgo que esta amostragem é suficientemente elucidativa do evidente aproveitamento ideológico da História, nesta coleção destinada a um público concreto, os jovens portugueses.

4.4. Os protagonistas da História

Seria fastidiosa uma apreciação sistemática e integral das figuras da História de Portugal que são analisadas nestas quarenta

C⁹⁴) Sobre este tema não podia deixar de referir duas passagens que se enquadram na justificação histórica da "ação civilizadora" das nações colonizadoras. A primeira é baseada no depoimento pungente de Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica de Guiné*, em relação à divisão dos escravos vindos de África: "Montado no seu grande cavalo negro, firme e imóvel o Infante assistia à repartição dos cativos. Bem sabia que toda aquela aflição dos pobres selvagens vinha de não conhecerem a sorte que os esperava; bárbaros e brutinhos como eram, cuidavam que iam ser maltratados e mortos. Não se lhes podia explicar nada porque nem entendiam a nossa língua, nem sabiam os nossos costumes. Mas o Infante sabia muito bem que a sorte daquela pobre gente africana ia melhorar e que, dentro de pouco tempo, todas as suas lágrimas e tormentos se mudariam em alegria. E o Infante não se enganava. Com efeito todos os cativos a pouco e pouco aprenderam a língua portuguesa, foram baptizados e seguiram de muito boa vontade a religião de Cristo. Tomavam lugares de criados em casa de boa gente que os vestia, os sustentava, os ensinava e os tratava com muita paciência e caridade, alguns até como se eles fossem seus filhos [...] Daqueles cativos que vieram nas caravelas de Lançarote, nenhum quis voltar para as suas terras e todos viveram contentes em Portugal [...] nunca em Portugal os negros escravos foram mal tratados" (*História do Infante D. Henrique e dos seus capitães*, n.º 19, p. 13). Nesta passagem temos a defesa, através da interpretação de um legado histórico, da imposição axiológica de uma civilização/cultura "superior" em relação a uma "inferior". No trecho seguinte, Virgínia de Castro, cita o exemplo italiano na Etiópia para ilustrar as melhorias materiais introduzidas pelas potências ocupantes nos territórios colonizados: "A gente agora pode viajar em comboios e bons navios a vapor onde há tudo o que é preciso, e pode correr a Etiópia onde os italianos abriram boas estradas e caminhos de ferro, e onde há correios e telégrafos e telefones" ("*História do Preste João Rei Cristão da Etiópia*", n.º 26, p. 8). A Etiópia só em 1936, derrotada pelos exércitos de Mussolini, passou a constituir um território da África Oriental Italiana e o trecho citado data de 1941.

e três narrativas. Optamos por fazer uma pequena amostragem dos heróis e anti-heróis⁽⁹⁵⁾, no discurso ficto-histórico de Virgínia de Castro e Almeida.

Domina a história-ética, maniqueísta, com a irredutível separação entre os bons e os maus⁽⁹⁶⁾. Existe uma característica curiosa que é a precocidade das figuras históricas, o que se compreende por ser uma literatura destinada aos jovens. As personagens são apresentadas como virtuosas desde o nascimento, uma virtude que parece inata, inspirada por Deus.

Afonso Henriques "era uma criança como não havia outra [...] tinha três anos, mas fazia pasmo de quantos o viam; grande, perfeito, lindo que nem um anjo; e uma espada bem temperada não era mais rija do que ele. Mas tão assomado de génio e tão senhor da sua vontade que ainda antes dos sete anos D. Teresa, sua mãe, logo viu que não era capaz de o criar como devia ser [...] Aos catorze anos ninguém lhe dava menos de dezoito, tanto pelo corpo que era grande, esbelto e perfeito, como pela força dos seus braços, pelas ideias que tinha e pelas coisas que dizia que mais pareciam de um homem feito"⁽⁹⁷⁾.

Já o rei D. Dinis "era um rapazinho que metia toda a gente no coração. Parecia que Deus lhe tinha dado todas as perfeições. Bem feito e rijo de corpo, bem parecido de rosto, desembaraçado para montar a cavalo e manejar as armas, amigo de estudar e de aprender, jeitoso, esperto, cheio de juízo, toda a gente se maravilhava de o ver e de o ouvir"⁽⁹⁸⁾. E até desmistifica a ideia de avareza em relação a este rei: "Havia até quem dissesse que el-rei era avarento, sumífico. Mas não era"⁽⁹⁹⁾. Como aos bons tudo se perdoa, note-se como a autora justifica as relações extra-conjugais de tão perfeito monarca: "Levado por amigos que, ao verem-no

⁽⁹⁵⁾ Sobre os conceitos de herói e anti-herói na literatura ver Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *oh. cit.* O anti-herói e o herói ocupam na estrutura da narrativa uma funcionalidade idêntica, cumprindo um papel de protagonista que se destaca das restantes figuras que povoam a história.

⁽⁹⁶⁾ Cf. Luís Reis Torgal, "Livros de História e de Histórias no Estado Novo", pp. 386: "[...] procura imprimir-se na criança a imagem terrível dos 'maus', para que o seu exemplo não seja seguido [...] Noutras situações, ao invés, apresenta-se a imagem dos 'bons', cujo exemplo deve servir de paradigma".

⁽⁹⁷⁾ "História do grande cavaleiro sem medo", n.º 2, p. 4.

⁽⁹⁸⁾ "História da Rainha Santa e do Rei Lavrador", n.º 8, p. 3.

⁽⁹⁹⁾ *Idem*, p. 8.

sombrio e triste, só pensavam em o distrair, fez conhecimento com certas pessoas alegres e com pouco siso e envolveu-se em amores passageiros de onde nasceram filhos ilegítimos"⁽¹⁰⁰⁾. A esposa também se mostrava compreensiva com a situação: "nem fez grande caso do que lhe contaram", e disse "Isto são coisas que passam. Qual de nós deixa de cair em tentação? São coisas que passam!... E sorria como se falasse de uma travessura de criança"⁽¹⁰¹⁾.

Para terminarmos esta sumária amostragem vamos conhecer o prodígio que era o Infante D. Miguel.

Os criados da família Sequeira estão em conversa recordando D. Miguel que sofria o seu primeiro exílio em Viena de Áustria: "(Miguel Maria, escudeiro) ... Aquilo é que era um príncipe! [...] Não era capaz de ver uma desgraça que não fosse logo acudir..."; acrescenta a Maria Rita: "Se vamos a falar do bem que ele fazia e dos bons modos que tinha com os pobres, isso é um nunca acabar..." e a criada de quarto da Senhora Dona Maria do Céu acudiu: "E então lindo como ele é! Até a gente se regala toda de olhar para ele!...". O Miguel Maria entusiasmou-se todo. Atirou um murro em cima da mesa... e disse: "Ah! Se vocês o tivessem visto lá no Ramalhão como eu o vi com estes que a terra há-de comer!... puseram-se aqueles fidalgos todos a brincar e a ver qual tinha mais força. O Senhor Dom Miguel mandou vir das cavaliças um cavalo de Alter, rijo e possante que era de encher as medidas, botou-lhe o selim em riba e apertou-lhe a cilha com os dentes com tal força que o animal gemeu [...]. E não contente com isto levou os fidalgos à eira [...], pegou num saco de seis alqueires já cheio e, só com uma mão, atirou com ele para as costas nem que estivesse cheio de palha"; a Maria Rita adicionando o seu testemunho: "[...] não me têm contado como ele vai às vezes para o campo ensinar os moços a lavar? Bota ali o gadanho à rabiça do arado nem que tivesse um braço de ferro. Os muares só de lhe ouvirem a voz, mexem-se nem que levassem o diabo atrás... E diz lá a rapaziada que nunca viram outra mão abrir regos daquela fundura"⁽¹⁰²⁾. Estamos perante um

⁽¹⁰⁰⁾ *Idem*, p. 10.

⁽¹⁰¹⁾ *Idem*, p. 11. Nos livros 8 e 9 são descritos os milagres da Rainha Santa como factos históricos.

⁽¹⁰²⁾ *História do Rei Dom Miguel*, n.º 43, pp. 4-5.

processo de mitificação de uma figura histórica simpática à ideologia do regime⁽¹⁰³⁾.

O exemplo do anti-herói é D. Leonor Teles, a rainha regente.

Permanecendo fiel à sua fonte de inspiração, *Crónica de D. Fernando* da pena de Fernão Lopes, Virgínia de Castro e Almeida considerava que Dona Leonor Teles "era uma destas mulheres de quem se costuma dizer que têm o diabo no corpo"⁽¹⁰⁴⁾; a sua "alma só tinha peçonha e fealdade"⁽¹⁰⁵⁾. Ela é a culpada das desgraças que se abateram em Portugal nesse período, colocando em causa a independência nacional.

5. Conclusão

Efectuando uma análise globalizante desta colecção de ficção histórica infanto-juvenil, verificamos que evolui num processo dialético e teleológico. A um período glorioso interrompido, brevemente, pela dominação filipina⁽¹⁰⁶⁾ e pelo período pombalino⁽¹⁰⁷⁾, sucede-se uma época antitética, correspondente ao século XIX, período do liberalismo na nossa História. A teleologia existe nas referências veladas à figura de Salazar como redentor da

⁽¹⁰³⁾ Uma das propostas da ideologia integralista era a recuperação da corrente legitimista de D. Miguel (cf. António Costa Pinto, *Os camisas azuis ...*, pp. 24-36).

⁽¹⁰⁴⁾ *História da Rainha Flor de Altura*, nº 11, p. 5.

⁽¹⁰⁵⁾ *idem*, p. 11.

⁽¹⁰⁶⁾ Virgeca de Castro e Almeida dedica o livro intitulado *A História mais triste de todas* à narração dos acontecimentos que estão na base da perda da independência nacional, "o desgraçado ano de 1580", considerando a derrota de Dom António Prior do Crato como a hora "mais triste da nossa história; caiu a sagrada terra de Portugal nas mãos dos espanhóis!" e "Sob o completo domínio espanhol ficou a nossa terra, meio morta durante sessenta anos".

⁽¹⁰⁷⁾ Sobre a figura controversa do Marquês de Pombal encontramos, no livro intitulado *A História do Marquês de Pombal*, uma leitura negativa, que não está de acordo com a posição de compromisso assumida por Adolfo Simões Müller na obra citada, capítulo XXV "Nem oito nem oitenta", pp. 131-135. A autora que estamos a estudar elogia o rei D. João V para diminuir o valor da obra de Sebastião José de Carvalho e Melo: "Muito mais fez ele por bem da nação, do que o marquês de Pombal [...]", que era um homem demasiadamente ambicioso pelo poder, criticando-o pela perseguição injusta e cruel aos jesuítas,

pátria⁽¹⁰⁸⁾. A memória histórica "oficial" salazarista pretende reformular a axiologia medieval, a época da fundação da nacionalidade, no século XX, isto é, os valores do Estado Novo inspiraram-se nos da "cultura cristã depositada no inconsciente do povo"⁽¹⁰⁹⁾.

digos de grande admiração. Diminui o papel do marquês na reconstrução de Lisboa: "Ja é tempo que o povo de Portugal saiba o que durante tanto tempo lhe quiseram esconder: que foram os frades e freirás e os fidalgos que lhe acudiram naquela grande aflição do terramoto de Lisboa de 1755; e se não fosse essa gente, o marquês de Pombal pouco poderia ter feito". A gravura no rosto do livro, da autoria de Palmeia Boden, retrata a figura do marquês de Pombal com um documento intitulado "plano" e como pano de fundo os patíbulos e homens baloiçando na forca.

⁽¹⁰⁸⁾ A coleção *Pátria* termina com o seguinte trecho: "pela mão branca da jovem rainha [D. Maria D], o povo de Portugal, confiante e inocente como ela, entrou num túnel sombrio de política vergonhosa de partidos, de humilhações, de desordem, de abusos, de sofrimentos. Guiando-o nesse caminho escuro e triste, lá iam os mações e os estrangeiros, fazendo os seus negócios e enchendo-se, intrujando-o, mentindo-lhe, explorando-o, levando a Carta como bandeira, através da agonia da monarquia, através do regabofe da democracia, sempre de mal a pior, ignorado e desprezado pelo estrangeiro, a morrer e sem perceber que morria ... até que Deus lhe mandou Salazar!" (*História do Rei Dom Miguel*, nº 43, p. 14). No livro intitulado *Dom Gualdim Pais*, nº 2 da *Colecção Grandes Portugueses*, de 1944, encontramos nova referência a Salazar: "Há oitocentos anos esta abençoada terra portuguesa onde habitamos em paz no meio da tormenta que vai destroçando o mundo inteiro, esta abençoada terra que um homem inspirado por Deus governa [...]" (p. 7) (é, nitidamente, a defesa da posição neutral assumida por Portugal durante a U Grande Guerra). Numa obra de cariz diferente, também da autoria de Virgínia de Castro, *Aventuras de Dona Redonda e sua Gente* (1942), que se caracteriza por um ambiente de "non-sense", influenciado pela literatura infantil inglesa (cf. Natércia Rocha, *ob. cit.*, pp. 53-54), imagina um episódio que pela sua hilariedade passo a relatar: por artes mágicas três jovens do século XX, que perseguiam uma lebre num pinhal, vêem-se envolvidos na Conquista de Lisboa aos Mouros; depois da vitória, D. Afonso Henriques sobe ao alto de uma escadaria: "Como aquele homem era grande, lindo e forte! Todos gritavam: 'Portugal! Portugal! Portugal!' O Chico ficou à espera de ouvir: 'Quem manda?' Para responder logo: 'Salazar! Salazar! Salazar!' Mas caiu em si e pensou: 'Já se vê que não pode ser. Só daqui a oitocentos anos é que pode ser'" (pp. 22-23).

⁽¹⁰⁹⁾ Fernando Dacosta, "A encenação do Estado Novo", *Público Magazine*, nº 169,30 Maio 1993, p. 37.

A autora dedica 79% da colecção aos temas da Reconquista e da Expansão (séculos XII-XVI), enquanto que o espaço temporal que medeia entre 1580 e 1834 corresponde a 21% da totalidade dos livros⁽¹¹⁰⁾. São os silêncios da História que se fazem ouvir e devem ser interpretados.

Esta leitura da História de Portugal marcou as gerações que cresceram durante o Estado Novo. Sobre a influência da literatura infantil nas crianças, Marc Ferro escreveu: "a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida..."^(m).

(uº) *y_{er}* quadros e gráficos em apêndice.

(m) *Ob. cit.*, p. 15.

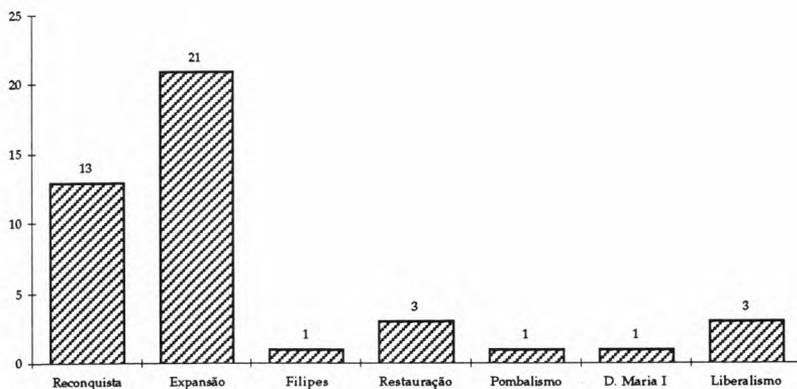
Quadro 1 - Coleção Pátria

n.º	título	ano	cenário histórico
1	História do rei Afonso e da moira Zaida	1936	Reconquista
2	História do grande cavaleiro sem medo	1936	Reconquista
3	Segunda história do cavaleiro sem medo	1937	Reconquist ^{AA}
4	História do grande Fu as Roupinho e outras maravilhas	1937	Reconquist ^{AA}
5	História dos três amigos e da milagrosa batalha de Alcácer	1937	Reconquista
6	História dos três amigos e dos cinco frades	1938	Reconquista
7	História do rei Capelo e da linda feiticeira	1938	Reconquista
8	História da Rainha Santo e do Rei Lavrador	1938	Reinado de D. Dinis (sécs XIII-XI ^{AAA})
9	História do Príncipe Bravo e do Príncipe Manso	1938	Conflitos entre D. Dinis e o príncipe Afonso IV
10	História da linda Inês de Castro que depois de morto foi rainha	1939	A morte de Inês de Castro (séc. XIV)
11	História da Rainha Flor de Altura	1939	Os amores de D. Fernando D. Leonor (séc. XIV)
12	História de Ror de Altura e do Conde Espanhol	1939	Revolução de 1383-1385
13	História da grande batalha de Aljubarroto e da padeira que matou sete espanhóis	1939	Batalha de Aljubarroto (1385)
14	História dos embaixadores manhosos	1939	Os filhos de D. João I e o plano da conquista de Ceuta
15	História da grande rainha D. Filipa de Lencastre e dos preparativos de guerra	1939	Nas vésperas da conquista de Ceuta (séc. XV)
16	História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos mouros	1940	Conquista de Ceuta (1415) [início da expansão]
17	História da triste e gloriosa emessa de Tânger	1940	Expansão no Norte de África (Expedição a Tânger)
18	História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando	1940	O martírio de D. Fernando (séc. XV)
19	História do Infante Dom Henrique e dos seus capitães	1940	Descobrimientos (Gil Eanes dobra o cabo Bojador)
20	História da façanha de Aires Tinoco e da triste morte de Nuno Dristão	1940	Descobrimientos (Nuno Tristão atinge o rio Grande)
21	História das viagens, vida e morte do grande Infante Dom Pedro	1941	Conflitos políticos da regência de D. Pedro
22	História do Rei Africano e das suas proezas	1941	Expansão no Norte de África
23	História do grande marinheiro que o mar enfeitou	1941	Descobrimientos (Bartolomeu Dias)
24	A triste história do Príncipe Dom Afonso e da Infanta Dona Isabel	1941	Casamento e morte do príncipe D. Afonso (1491)
25	História dos dois homens que foram à procura do Preste João	1941	Expansão (Pero da Covilhã e Afonso Paiva, séc. XV)
26	História do Preste João, Rei Cristão da Etiópia	1941	Pero da Covilhã na corte do Preste João
27	História maravilhosa do grande capitão do mar	1941	Descobrimientos (Vasco da Gama)
28	Aventuras do grande capitão do mar era tenas desconhecidas	1941	Descobrimientos (caminho marítimo para a Índia)
29	Trágica história do fidalgo Dom Francisco e do seu filho único	1942	Expansão (D. Francisco de Almeida na Índia)
30	História de espantar do grande governador chamado: "Mo Terrível"	1942	Expansão (Afonso de Albuquerque na Índia séc. XVI)
31	História do grande Dom João, capitão e sábio	1942	Expansão (João de Castro no Norte de África)
32	História do grande Vice-Rei que erpempou as barbas	1942	Expansão (João de Castro na Índia séc. XVI)
33	História do soldado raso que era o Príncipe dos poetas	1942	Renascimento (Camões, séc. XVI)
34	História do Rei Encoberto	1943	Reinado de D. Sebastião (séc. XVI)
35	A história mais triste de todas	1943	Início do domínio Filipino (1580)
36	A linda e gloriosa história das correntes quebradas	1943	Restauração (1640)
37	História do grande sonho do Encoberto	1943	Sebastianismo (O Pasteleiro do Madrigal)
38	História da boa gente que sabia o que queria	1943	Guerras da restauração
39	A história do Marquês de Pombal	1943	Pombalismo
40	A linda história de uma família no tempo de Dona Maria I	1944	Reinado de D. Maria I (sécs XVII-XK)
41	História maravilhosa de como o grande Imperador Napoleão I foi vencido.	1945	Invasões Francesas (1807-1810)
42	A História triste do diabo à solto	1945	Instauração do liberalismo era Portugal (1820-1824)
43	História do rei Dom Miguel I	1946	Guerras liberais (1826-1834)

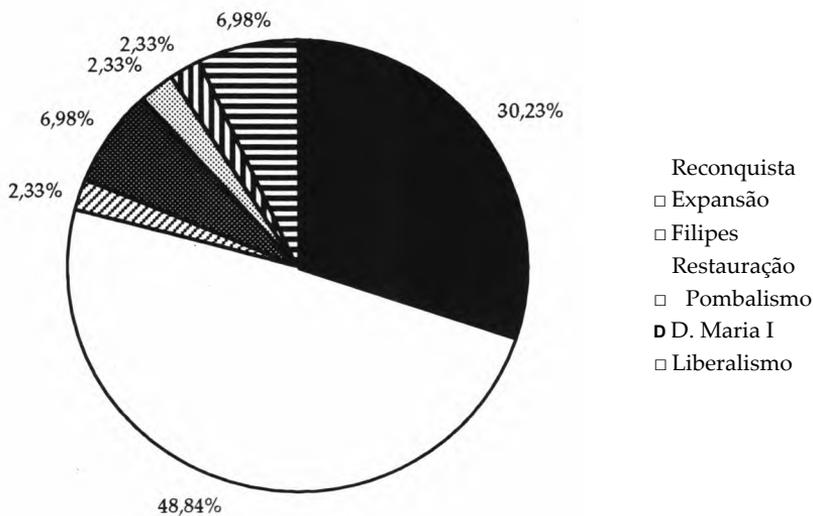
Quadro II - Coleção Grandes Portugueses

n.º	título	ano	cenário histórico
1	Dom Fuas Roupinho	1943	Reconquista (séc. XII)
2	Fernão Lopes	1944	Século XV
3	Dom Gualdim Pais	1944	Reconquista (séc. XII)
4	Gil Vicente	1945	Renascimento séc. XVI

Períodos da História de Portugal tratados na Coleção Pátria (1936-1946)



Percentagem dos períodos da História de Portugal tratados na Coleção Pátria (1936-1946)



Obra de Virgínia de Castro e Almeida (1)

1. *literatura infantil*

- A fada tentadora*, Lisboa, Manuel Gomes, 1895.
Histórias, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1898.
Céu Aberto, Lisboa, Livraria Clássica, 1907.
Em Pleno Azul, Lisboa, Livraria Clássica, 1907.
Geografia, Lisboa, Livraria Clássica, 1909.
Pela terra e pelo ar: noções de entomologia, Lisboa, Livraria Clássica, 1911.
As lições do André: noções de sciendas, Lisboa, Livraria Clássica, 1913.
Colecção Pátria, Lisboa, S.P.N./S.N.I., 1936-46, (43 volumes).
História de Dona Redonda e de sua gente, Lisboa, Livraria Clássica, 1942.
Aventura de Dona Redonda, Lisboa, Livraria Clássica, 1943.
Colecção Grandes Portugueses, Lisboa, S.P.N./S.N.I., 1943-45, (4 volumes).
História de Alarico sem fel, Lisboa, Livraria Clássica, 1944.
O coelhinho verde, Lisboa, Livraria Clássica, 1944.
História de Espantarratos, Espirracanivetes e Lisboa, Livraria Clássica, 1945.
História do palonço brutamontes, Lisboa, Livraria Clássica, 1945.

2. *romances e contos*

- Terra bemdita*, Lisboa, Livraria Clássica, 1907.
Trabalho bemdito, Lisboa, Livraria Clássica, 1908.
Capital bemdito, Lisboa, Livraria Clássica, 1910.
Pé, Lisboa, Livraria Clássica, 1911.
Inocente, Lisboa, Livraria Clássica, 1916.
A Praga, Lisboa, Livraria Clássica, 1917.
Os olhos da alma, Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, 1925.
Contos de Portugal: Trás-os-Montes e Beira Alta, Lisboa, J. Rodrigues & Ca, 1926.
Lobisomem, Lisboa, Edições do Fomento de Publicações, s.d..

(>) Esta listagem da obra de Virgínia de Castro e Almeida foi efectuada com base nos ficheiros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra e Biblioteca Nacional de Lisboa.

3. *literatura de viagens*

Coisas que eu penso, Lisboa, Livraria Clássica, 1913

No mar tenebroso, Lisboa, Livraria Clássica, 1934.

Cartas de Fabricio, Lisboa, Aillaud Alves e C^a, s.d.

4. *literatura sociológica*

Como devemos criar e educar os nossos filhos, Lisboa, Livraria Clássica, 1908.

A mulher: história da mulher, a mulher moderna - educação, Lisboa, Livraria Clássica, 1913.

5. *obras históricas*,

Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et XVIe siècles: antologie des écrits de l'époque - Chroniques de Gomes Eanes de Azurara, Paris, Éditions Duchartre, 1934.

Vie de Camoens, Paris, Éditions Duchartre, 1934.

Les grands navigateurs et colons portugais du XVe et XVIe siècles: antologie des écrits de l'époque - Chroniques de João de Barros, Damião de Goes, Gaspar Correa, Garcia de Resende: la decouverte de l'Inde par Vasco da Gama, Bruxelles-Paris, L. Desmet-Veteneuil, 1937.

Itinéraire historique du Portugal, Lisboa, Comité Exécutive des Centenaires. Section de Propagande et Reception, 1940.

6. *prefacios*

"Procissão de ideias sugeridas pelos contos e pela personalidade do autor." Lisboa, 1936 (estudo introdutório da obra *Caminho sem luz* de Luís Forjaz Trigueiros), pp. 9-19.⁷

7. *traduções, adaptações e modificações*

Como devo governar a minha casa (trad., adaptação e modificação de G. Tamburini), Lisboa, 1916.

- Solar do Picotorcido* (trad, de Georges Sand), Lisboa, Livraria Clássica, 1925.
- Crianças mal educadas* (trad., adaptação e modificação de F. Nicolay), Lisboa, Livraria Clássica, 1933.
- Emílio e os detectives* (trad, de Erich Kastner), Lisboa, Livraria Clássica, 1945 (3ª ed.)(²).
- Azos de coragem* (trad, de Georges Sand), Lisboa, Livraria Clássica, s.d.
- À Porta do Mistério* (trad, do romance psíquico de Ch. Richet), Lisboa, Livraria Clássica, s.d.
- Contos de Natal* (trad, de Charles Dickens), Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, s.d.
- Novelas exemplares* (trad, de Cervantes), Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, s.d.
- Pensamentos de Marco Aurélio*, Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, s.d.

(²) Não conseguimos encontrar a data da primeira edição.